

Cenário Político



Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br



Invisíveis

O prefeito Luiz Américo Aldana vem recebendo elogios da comunidade pelas obras que realiza. Muitas delas, é verdade, já poderiam ter sido feitas pelo seu antecessor, que optou por uma política de confronto, com enormes prejuízos à comunidade. Méritos de Aldana ao tocar os projetos engavetados. O problema é que, no interior, estes benefícios ainda não estão chegando, como prova este caminhão atolado numa estrada em Santos Reis. As comunidades da zona rural, historicamente esquecidas, ainda têm a esperança de finalmente deixarem de ser invisíveis.

Turno único

A Câmara de Vereadores aprovou, na quinta-feira à noite, a instituição do turno único a partir do dia 23 de dezembro. A proposta inicial era que o horário reduzido vigorasse até o dia 31 de janeiro, mas uma emenda proposta pelo presidente Márcio Müller (PTB) estendeu o benefício até o dia 19 de fevereiro, mesma data em que termina o horário diferenciado na Prefeitura. Para quem defende com unhas e dentes a independência entre Executivo e Legislativo, Müller agiu de forma contraditória. A alteração na proposta original transforma, neste quesito, a Câmara num "puxadinho" do Palácio Rio Branco.

E agora, excelências?

A decisão do prefeito Luiz Américo Aldana, de não iniciar em 2016 as obras da nova sede da Câmara de Vereadores, jogou mais uma dose de gasolina nas labaredas que consomem as relações entre Executivo e Legislativo. Embora simpatize com o projeto, em que está prevista a construção de um auditório para 636 pessoas, Aldana entende que o momento é inoportuno. O ano que vem deve ser de arrocho na economia e, apesar dos discursos otimistas que foram usados para defender o aumento das despesas com pessoal há poucos dias, até as pedras do Palácio Rio Branco sabem que vai faltar dinheiro. Obviamente que uma construção dessa natureza não pode ser vista só como despesa, mas, em tempos de crise, até os investimentos costumam ser suspensos para que não falte o básico. No caso, educação, saúde e manutenção da infraestrutura. O problema é que nem todos os vereadores pensam assim.



PRESIDENTE da Comissão de Obras, Renato Kranz apresenta todas as peças que compõem o projeto do novo prédio

Aos poucos - Esperar que a Prefeitura toque a obra não é a única forma de ver o prédio erguido. A própria Câmara pode licitar a edificação, desde que o faça por etapas, usando os recursos que lhe cabem no orçamento. Já aconteceu em outras cidades. O problema deste modelo é que ele só funciona se existir consenso sobre a necessidade do prédio. Como a cada ano troca a mesa diretora, supondo que seja eleito alguém contrário ao projeto, os trabalhos param. E, em Montenegro, já há vereadores convencidos de que a cidade tem outras prioridades.

Cultura - Outra alternativa, diante do cenário atual, é a busca de recursos externos, por exemplo, junto ao Ministério da Cultura, para a construção do auditório. Ele responde, sozinho, por 60% do valor orçado. Porém, também neste caso, a liberação pode demorar e talvez o prédio leve alguns anos para ser entregue à comunidade.

Faz falta - Até aqui, pouca gente questionou a importância da obra para a população. As acomodações de que os vereadores dispõem, na Usina Maurício Cardoso, estão longe de serem as ideais, mas certamente são as melhores que suas excelências já tiveram. Muito mais importante do que uma nova sede é o auditório que virá com ela. Esta, sim, é uma demanda antiga da comunidade, especialmente a da Grande Timbaúva.

Sinais - A divulgação do projeto, que vinha sendo adiada há meses, causou um certo furor, em virtude do tamanho do prédio. De fato, trata-se de uma construção de alto nível e de elevado padrão, a tal ponto de só o projeto ter custado mais de R\$ 200 mil. Também chamou a atenção o fato de estarem previstos gabinetes para 15 vereadores na nova estrutura, quando hoje a Câmara tem apenas dez vereadores. Precaução, para o caso de o número ser alterado, ou um indicio de que esta decisão será tomada logo?

Conflito - Há quem diga que a decisão do prefeito, ao contrariar as intenções de alguns vereadores, pode ter reflexos sobre os posicionamentos da Câmara nas votações mais polêmicas do ano que vem. Difícil saber. A verdade é que Aldana já tem forte oposição no Legislativo, inclusive com ameaças de CPIs e até de um novo processo de Impeachment sendo tratadas abertamente. Acreditar que uma obra seria capaz de desarmar os ânimos seria admitir que o prefeito está obstruindo interesses pessoais em torno da construção. Por enquanto, isso só existe no bate-papo venenoso dos serpenteiros do poder.

Teorias - A decisão do prefeito pelo "congelamento" do projeto serviu para sepultar uma teoria da conspiração que foi ventilada nas redes sociais ultimamente. Segundo os "especialistas", Aldana teria agido nos bastidores, em conluio com os vereadores, para derrubar o ex-prefeito Paulo Azeredo. Em troca, faria uma obra superfaturada, no caso, a sede do Legislativo, para que suas excelências pudessem ganhar algo "por fora".

Decisão - Pela legislação federal, Montenegro pode ter até 15 vereadores e a decisão sobre esse aumento será tomada no primeiro semestre de 2016.

Interesse - Na votação do projeto, os únicos contrários foram Roberto Braatz (PDT) e Marcos Gehlen (PT). Braatz chegou a dizer que não vê qualquer interesse público na redução da oferta de serviços ao contribuinte.

Ameaça - Se a aprovação do projeto definiu o privilégio aos servidores da Câmara, o turno único na Prefeitura está ameaçado. Segundo o Tribunal de Contas do Estado, a redução do número de horas de trabalho só pode ocorrer mediante lei específica, aprovada pelo Legislativo. Um simples decreto, como o que foi assinado pelo prefeito Aldana, não serve.

Adiada - A decisão de adiar a legislação seja corrigida, com o envio, às pressas, de um projeto de lei para apreciação dos vereadores. É lógico que suas excelências, de olho nos votos do funcionalismo, vão aprovar a matéria rapidamente.

Manobras

Depois que alguns vereadores impediram a votação de emendas na Lei Orgânica que iriam alterar a data das eleições na Câmara, existe a suspeita de que o episódio se repita na última sessão do ano. A pergunta que todos fazem, no momento, é uma só: se não houver quórum para a realização do pleito, o atual presidente fica no cargo?

Cunha - Quem anda preocupado com isso deveria ficar um pouco mais tranquilo. Afinal, até aqui, no Legislativo local, parece não haver seguidores do deputado Eduardo Cunha, que manipula o regimento da Câmara dos Deputados em proveito próprio. Se alguém sonhasse com algo do tipo, os colegas não permitiriam.

Rapidinhas

* Em virtude do Natal e do Ano Novo, as próximas sessões da Câmara Municipal ocorrerão nas quartas, dias 23 e 30 de dezembro, às 9h. Depois tem recesso de 30 dias.

* O Legislativo aprovou a concessão do título de Cidadão Montenegro ao promotor Thomás Henrique Colletto. A entrega será na quarta e deve trazer à cidade a cúpula do Ministério Público gaúcho. A iniciativa é do vereador Márcio Müller (PTB).

* Os funcionários da rede Lar do Menor receberam o seu 13º salário, que estava ameaçado de não sair. O Legislativo aprovou em regime de urgência, quinta-feira, a destinação de R\$ 300 mil do seu próprio orçamento para quitar o débito.

* Vereador Roberto Braatz (PDT) criticou a Administração Aldana pelo asfaltamento da estrada de Santos Reis sem a colocação de bocas-de-lobo. "Ou o prefeito é assessorado por incompetentes ou ele próprio é um incompetente", atacou.

* Muita gente reclamou quando a Prefeitura instituiu o recesso de duas semanas nas creches, mas poucos foram defender o atendimento aos filhos na audiência pública sobre o assunto promovida pela Câmara. Quem cala consente!

* A realidade desmente os céticos. Desde que as câmeras de vigilância começaram a operar, há cerca de 45 dias, não ocorreram mais assaltos na área monitorada. Inadmissível que os prefeitos tenham deixado a cidade tantos anos sem esta proteção.